

Parte VII - Prevenção da violência: as redes sociais

Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória

José Vicente Tavares dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, JVT. Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 413-437. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yerrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte VII
Prevenção da violência:
as redes sociais

Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória

José Vicente Tavares dos Santos*

1 PLANIFICAÇÃO E SOCIOLOGIA CONCRETA

O objetivo deste texto consiste em analisar as experiências de planificação no século XX, com a indicação dos principais períodos e tipos de conformação do planeamento, de acordo com as diferentes etapas históricas, a fim de chegar à problemática das alternativas teórico-metodológicas de planificação e de governamentalidade no processo de construção da cidadania e da democracia para o século XXI.¹

A travessia intelectual, derivada da sociologia da conflitualidade, evoca a planificação, a cidadania, a governamentalidade e as novas possibilidades da governança, tentando captar o espírito do tempo. Evocar o século XX significa reconstruir, ainda que em esboço, alguns momentos significativos da planificação. Depois, retomar a questão para o século XXI, assinalando a transição paradigmática da planificação: como construir caminhos intelectuais para construir a utopia. Nessa empreitada, apenas em início, um olhar sociológico necessariamente transdisciplinar, pois se constata a insuficiência da formação disciplinar para as tarefas intelectuais e operacionais da planificação, é orientado pelo pensamento complexo – seguindo as difíceis transições paradigmáticas da pós-modernidade (Sousa Santos, 2000).

Nos anos de 1960, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, havia uma preocupação com a sociologia do desenvolvimento, abrangendo os temas da planificação, do subdesenvolvimento, da dependência, do planeamento. Isto se dava nos marcos das teorias da modernização e do desenvolvimento, desde a teoria da CEPAL até a teoria da dependência. Estávamos, no início dos anos 60, em uma época na qual havia o horizonte de uma eventual Revolução Socialista, na América Latina (Liedke, 1990).

O conceito de Mannheim sobre “técnicas sociais” foi fundamental para a concepção de planeamento neste período: “As práticas e operações cujo objetivo último é modelar o comportamento humano e as relações sociais serão por nós definidas como técnicas sociais” (Mannheim, 1982, p. 21). O planeamento pode, então, ser definido por Luiz Pereira da seguinte forma: “[...] entendemos

que o planejamento como processo social, consiste numa diferenciação histórica do processo genérico de controle social. Isso significa dizer que o planejamento só pode ser aprendido, como categoria histórica, no quadro de uma sociologia diferencial e nunca no de uma sociologia analítica, anistórica” (Pereira, 1970, p. 15). Finalmente, Pereira chegava a uma definição sociológica do planejamento: “(...) podemos caracterizar típico-idealmente o planejamento como processo social: forma histórica de controle social, inovador, racional, indireto, especializado, centralizado e inclusivo pluridimensional” (Pereira, 1970, p. 15).

Na mesma linha, Foracchi, sintetizando o pensamento de Mannheim, afirmava que o planejamento democrático significava um processo histórico-social que supunha “(...) uma coordenação racional de diferentes técnicas sociais. (...). Desta perspectiva, podemos entender o planejamento em seu duplo aspecto de técnica social e de processo social (...)” (Foracchi, in Mannheim, 1982, p. 21-22). O planejamento significava para Mannheim, em uma perspectiva de progresso linear, o grau máximo de garantias da liberdade:

“No estágio mais alto, a liberdade somente pode existir quando é assegurada pelo planejamento. (...) Seja a autoridade soberana um indivíduo ou um grupo ou uma assembleia popular, ela deve ser compelida através do controle democrático a permitir em seu plano um campo de ação total para a liberdade” (Mannheim, 1982, p. 197).

Em outras palavras, muito atuais, o Autor acentua: “[...] o planejamento sob o controle comunitário, incorporando as salvaguardas da nova liberdade, é a única solução possível no atual estágio da técnica social.” (Mannheim, 1982, p. 199).

Desde aquele contexto histórico, a planificação podia ser investigada e analisada no âmbito de uma “sociologia aplicada”, proposta por Florestan Fernandes:

[...] a Sociologia aplicada constitui uma das subdivisões fundamentais da Sociologia. Embora nela se cuide, predominantemente, do estudo de problemas sociológicos de interesse prático, ele é feito segundo as normas do conhecimento científico e de acordo com os requisitos empíricos e lógicos da explicação sociológica. (Fernandes, 1960, p. 109).

Em outras palavras, trata-se de uma “análise dos efeitos disnômicos da vida social e das condições previsíveis de intervenção racional no controle de situações em eles emergem socialmente” (Fernandes, 1960, p. 151).

Em formulação mais historicista, o mesmo autor, vinte anos depois, formula um conjunto análogo de intenções para o trabalho sociológico, agora sob a denominação de uma “sociologia concreta”:

“[...] a sociologia concreta responde à necessidade histórica da formação de um pensamento sociológico objetivo (como fonte de explicação de situações histórico-sociais), teórico (como fonte de previsão de alterações em processo, sob controle parcial deliberado, no quadro das instituições, das comunidades locais, da sociedade nacional e do sistema internacional de poder) e prático (como fonte de maior eficácia no uso dos planos, no controle de seus efeitos e na satisfação das expectativas reais dos produtores)” (Fernandes, 1980, p. 96).

Na passagem do século XX para o Século XXI, a questão é retomada, em outros moldes e sob novos contextos políticos, mantendo-se, todavia, a preocupação com a intervenção sociológica nas situações sociais. Quando, no início da década de 90, já se fazia uma reflexão sobre a experiência do século XX, havia uma tentativa de imposição de um pensamento único: tínhamos chegado ao fim da História, repetia Fukuyama pelo mundo afora, com a vitória inevitável e suprema da democracia liberal, do capitalismo, do pensamento neoliberal, da ótica do mercado e da redução ao Estado mínimo.

Entretanto, desde meados da década de 90, também se estava configurando a crise no interior do processo de globalização, seja a crise de expansão da economia japonesa, seja o poder da guerra estimulando a economia norte-americana. Começaram a surgir as críticas aos efeitos sociais da globalização. Por um lado, houve uma série de manifestações contra as políticas financeiras neoliberais, desde 1999: Seattle, Praga, Nice, Montreal, Porto Alegre, Gênova. Por outro lado, a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no mês de janeiro de 2001, evidenciou experiências de uma contraglobalização, em outros termos: a mundialização de alternativas emancipatórias de relações sociais, de relações econômicas e de gestão pública.

Estamos frente aos desafios de “uma teoria crítica pós-moderna”, assinala Sousa Santos, pois “as promessas da modernidade, por não terem sido cumpridas, transformaram-se em problemas para os quais parece não haver solução. [...] Daí a complexidade da nossa posição transicional, que pode resumir-se assim: enfrentamos problemas modernos para os quais não há soluções modernas” (Sousa Santos, 2000, p. 29). Devemos, primeiro, percorrer a formação da planificação moderna, ao longo da “era dos extremos”, para chegar aos primeiros bosquejos de uma planificação emancipatória para o século XXI.

2 O PARADIGMA DA PLANIFICAÇÃO MODERNISTA

A configuração da planificação modernista deu-se em relação aos processos de construção da cidadania real e da democracia social durante o século XX, o qual pode ser sintetizado, em termos socioeconômicos, nas palavras de Arrighi como o momento de advento da planificação:

“Seus marcos principais foram o desaparecimento da haute finance da política mundial, o desmoronamento da Liga das Nações em favor de impérios autárquicos, a ascensão do nazismo na Alemanha, os planos quinquenais soviéticos, e o lançamento do New Deal norte-americano” (Arrighi, 1996, p. 283). Em outras palavras, mesmo a discussão teórica sobre o planejamento data dos anos vinte do século passado (Lafer, 1970, p. 9).

Seguimos a definição de Zamora sobre a planificação: “Todo plano pressupõe um objetivo particular para a consecução do qual são empreendidos esforços que o plano trata de coordenar e orientar; implica a previsão de recursos materiais, técnicos, que se aplicarão para alcançar este objetivo” (Zamora, 1966, p. 146). Na mesma linha, propõe Bettelheim:

“A planificação pode ser definida como uma atividade que visa: 1) fixar objetivos coerentes e prioridades para o desenvolvimento econômico e social; 2) determinar os meios apropriados para atingir esses objetivos; 3) por efetivamente em prática esses meios tendo em vista a realização dos objetivos visados” (Bettelheim, 1968, p. 197).

Podem ser identificados distintos tipos de planificação, segundo Zamora. Primeiro, o plano corporativo, de empresas ou de conglomerados de empresas, organizados a partir do final do século XIX. Afirma Arrighi:

“Na visão de Chandler, o desenvolvimento das hierarquias administrativas marcou o auge de uma “revolução organizacional” que havia começado com as ferrovias na década de 1850 e que, na década de 1910, havia transformado profundamente os métodos pelos quais as empresas capitalistas eram dirigidas e administradas, e os modos como se estruturavam as atividades econômicas” (Arrighi, 1996, p. 250). O agente principal desse movimento foi “o capitalismo de corporações que emergiu nos Estados Unidos através da formação de empresas com diversas unidades, dotadas de integração vertical e administração burocrática” (Arrighi, 1996, p. 303).

Segundo a Planificação Socialista, assim conceituada por Bettelheim:

[...] a planificação socialista é uma atividade coletiva por meio da qual os trabalhadores de um país socialista determinam, por um lado, de modo coordenado, levando em consideração as leis econômicas objetivas assim como as propriedades do desenvolvimento social, os alvos a atingir no domínio da produção e do consumo e asseguram, por outro lado, a realização dos seus objetivos em condições julgadas como sendo as melhores. (Bettelheim, 1968, p. 13).

Terceiro, a Planificação Capitalista a nível nacional, com duas variantes, a primeira sendo a flexível ou indicativa:

Requer a elaboração de um plano no qual se fixam as metas às quais a economia nacional deve se propor, e os meios que serão postos em ação para alcançá-las. O Estado se assume como diretor da atividade econômica, ainda que seja proprietário somente de uma parte relativamente pequena dos meios de produção existentes no País. (Zamora, 1966, p. 147).

Em termos históricos, teríamos como exemplo o New Deal nos Estados Unidos da década de 30 e a França no Pós-guerra, em 1947 (Zamora, 1966, p. 184).

A segunda variante da Planificação Capitalista a nível nacional foi a Imperativa, a qual “se funda na concepção do Estado como entidade corporativa cujos órgãos são os sindicatos mistos” (Zamora, 1966, p. 146), como foi o caso da Alemanha Nazista e da Itália Fascista.

Um esforço histórico da planificação deve seguir a periodização proposta por Hobsbawm para o curto século XX, o qual denomina de A Era dos Extremos (Hobsbawm, 1994). Inicialmente, a popularização da planificação econômica foi umas das contribuições do socialismo real ao século XX (Hobsbawm, 1994, p. 8), concentrando-se em definir soluções para as necessidades materiais das populações: desenvolvimento da produção, geração de empregos, implantação dos serviços públicos de saúde, de habitação e de educação.

Muitos debates, criações e lutas políticas marcaram a primeira década da Revolução Russa, desde o fim da Guerra Civil e o triunfo da Revolução Bolchevique, até os anos da NEP – Nova Política Econômica –, na tentativa de reconstruir o país. O surto de criatividade cultural, entre 1917 e 1926, foi denominado de “O Ano II da Revolução Russa”, no qual emergiram os movimentos futuristas na poesia, na música, no cinema e na dança; até mesmo as utopias campesinistas de Chayanov e a radicalidade revolucionário de Vitor Serge. Porém, como resultado do árduo debate político, entre 1925 e 1926, sobre os rumos da revolução bolchevique, entre Buckarin, Trotsky e Stalin, a vitória dos Stalinistas teve como resultado, em 1928, a aprovação do Primeiro Plano Quinquenal (Deutscher, 1970, tomo I, cap. VIII).

Os Planos Quinquenais soviéticos baseavam-se no conceito de “acumulação socialista primitiva”, com um Estado burocrático e centralizador, com repressão em massa dos oponentes políticos, dentro e fora do Partido Bolchevique. Essa forma de “capitalismo de Estado” orientava-se pela priorização da grande produção de bens de capital, da energia e da industrialização pesada, orientada depois para a produção armamentista; pela coletivização dos campos e a eliminação do campesinato; e pela expansão das cidades em um modelo urbano-industrial cuja marca foi a arquitetura urbana de grandes volumes (Hobsbawm, 1994, cap. 13, p. 372-400).

No mundo capitalista, desde a crise de 1929 e seu agravamento em 1933, “a Grande Depressão obrigou os Governos Ocidentais a dar às considerações

sociais prioridades sobre as econômicas em suas políticas de Estado” (Hobsbawm, 1994, p. 95): forçou a prioridade às questões sociais, pelo subsídio aos preços agrícolas, a compra de excedentes, a eliminação do desemprego de massas, face à necessidade do aumento da demanda para aumentar a economia, e ainda mais o temor da explosão política. Começam aí os sistemas de bem-estar, a serem consolidados no pós-guerra. “A essência do New Deal era a ideia de que os grandes governos deviam gastar com liberalidade para conquistar a segurança e o progresso” (Schurmann *apud* Arrighi, 1996, p. 285-286).

Desta forma, houve uma simultaneidade das diversas experiências de planificação entre os anos de 1928 a 1945, na União Soviética, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Itália. Os anos da II Guerra Mundial colocaram em xeque a planificação capitalista imperativa, ressaltando os dois modelos de planejamento, construídos ao longo da Era da Catástrofe (Hobsbawm, 1994, Parte I, p. 21-222): a planificação socialista e a planificação capitalista indicativa.

Esse processo histórico permite identificar o paradigma da planificação moderna: pode-se perceber, para além das diferenças entre os países capitalistas e os países de economia centralmente planificada, conforme assinalado acima, uma similitude paradigmática acerca do planejamento, plasmada entre os anos de 1928 e de 1947. Por um lado,

os dois esquemas simplificados de planejamento [...] – o capitalista e o socialista – supõe que seja possível controlar o sistema econômico e guiá-lo a fins desejados. [...] Embora os dois sistemas possam ter objetivos diferentes, o modelo implícito em ambos é essencialmente o mesmo. A forma de dominar as forças econômicas é que varia, num caso usando-se principalmente o sistema de preços e no outro a alocação direta de recursos (Lafer, 1970, p. 25-26).

Os componentes desse paradigma podem ser assim dispostos. Primeiro, o Estatismo da planificação, seja pelo dirigismo norte-americano, seja o totalitarismo nazista ou estalinista. Houve um intervencionismo do Estado capitalista por intervenção direta na produção ou por incentivos econômicos:

[...] o Estado planificador, no sistema capitalista, não paira acima deste; ou, mais especificamente, sua atuação planificadora exprime o jogo e a acomodação dos interesses de classes em última análise divergentes. [...] Trata-se, afinal, de uma nova modalidade da função mediadora do Estado capitalista – o Estado de classe como mediação [...] (Pereira, 1970, p. 42).

Segundo, o modelo do planejamento foi construído fundado em uma visão de planejamento da economia: “O planejamento nada mais é do que um modelo teórico para a ação. Propõe-se a organizar racionalmente o sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade” (Lafer, 1970, p. 7). A ênfase na dimensão econômica do planejamento é evidente, reconhece

Lafer (1970, p. 16): “O planejamento global procura dar uma visão ampla do desenvolvimento da economia, fixando objetivos a atingir e procurando assegurar a consistência entre a oferta e demanda de bens em todos os setores”. Em outras palavras: “Toda planificação fixa objetivos à atividade econômica. Esses objetivos têm uma importância mais ou menores por isso alguns são prioritários em relação aos outros” (Bettelheim, 1968, p. 17).

Em terceiro lugar, deve ser assinalada a noção da superioridade da grande produção, agrícola ou industrial, como o motor do crescimento econômico, expressa também na formação das metrópoles e na expansão de grandes edifícios e conjuntos urbano-industriais, tendo como suposto um gasto ilimitado de energia.

No II Período do curto século XX, a Era dos Anos dourados, de 1947 a 1973, a planificação tornou-se um instrumento de governo aceito por quase todos os Estados, os quais rejeitaram a supremacia do mercado e acreditaram na administração e planejamento da economia pelo Estado. Na França, em 1946, foi criado o “Comissariat Générale du Plan”. Logo mais, em 1947, “o Plano Marshall iniciou a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição decisiva à decolagem da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960” (Arrighi, 1996, p. 306; cf. tb. Hobsbawm, 1994, p. 275).

Pode-se afirmar que, ao longo dos Anos Dourados, foi se configurando o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, no qual o planejamento ocupou um papel central, uma combinação de economia liberal com a social democracia. Castel o define como o Estado Social:

“O Estado Social é uma das instâncias capazes de intervir para procurar resolver essas situações, em resumo, para exorcizar os riscos de descolamento, de ruptura do laço social, de exclusão ou de desfiliação que elas provocam. [...] Ele faz assim parte do plano governamental das sociedades modernas.” (Castel, 2000, p. 19).

Nessa época, desenrolou-se o processo de luta pela construção de direitos, vindo a definir-se a cidadania enquanto a participação dos cidadãos de modo completo na sociedade. Segundo Marshall, a cidadania implica em três elementos: os direitos civis, compostos pelos direitos necessários à liberdade individual; os direitos políticos, a participação no exercício do poder político; os direitos sociais, o direito a uma vida digna segundo o padrão societário, estes já como efeito da questão social constituída pelo regime de assalariamento da força de trabalho (Marshall, 1967). Por último, Bobbio sugere uma quarta geração de direitos, afirmada a partir da segunda metade do século XX, a qual denomina a etapa dos direitos coletivos, direitos difusos pela diferença, na perspectiva de construção da democracia social (Bobbio, 1986).

No último período do curto século XX, denominado por Hobsbawm de fase da “Crise Global”, entre 1973 e 1991, assistimos à crise do Estado de Bem-Estar Social e da planificação, paralelamente ao processo de formação da sociedade global. Em outras palavras:

“Partimos do reconhecimento de que houve uma profunda mutação na sociedade contemporânea, nos últimos vinte anos, o que pode ser definido como realização de um capitalismo tardio ou de processo de formação da sociedade global, a qual aponta para a era do globalismo” (Ianni, 1992, 1996). As relações de sociabilidade passam por uma nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de seleção e de exclusão social. Ou seja, “basta rever até que ponto as grandes promessas da modernidade permanecem não cumpridas ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos” (Sousa Santos, 2000, p. 23). Nesse passo, novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais globais. (Castel, 1998; Jameson, 1996). As modificações nas sociedades contemporâneas têm sido denominadas de Capitalismo Avançado, Capitalismo Tardio, Sociedade Programada ou, como preferimos, seguindo Ianni, a Era do Globalismo, cuja forma cultural é a cultura pós-moderna, na acepção de Jameson (Ianni, 1992, 1996; Jameson, 1996). A emergência desta nova forma de sociedade inicia-se pela Arquitetura, em meados dos anos 70, quando as construções modernistas passam a ser substituídas por edifícios monumentais e as cidades sofrem um processo de refuncionalização de espaços urbanos (Harvey, 1993).

O processo de formação da sociedade global ocorre de modo contraditório, heterogêneo e desigual. Essas características heterogêneas indicam a necessidade de se identificar os processos sociais de integração, de homogeneização transnacional, simultaneamente aos processos de tensões sociais, marcados pelo incremento não apenas das diferenças, mas também das desigualdades sociais e dos mecanismos de seleção – exclusão social (Tavares dos Santos, 2000, p. 13-16).

O resultado mais expressivo desse processo de crise global foi a ruptura do paradigma da planificação moderna, seja pelas políticas neoliberais de ajuste econômico e de proposição de um Estado mínimo, seja pela própria internacionalização dos conglomerados econômicos. Ou seja: “Há um conflito, num nível fundamental, entre o planejamento nacional das unidades políticas e o planejamento internacional das empresas que assume grandes proporções à medida que aumenta o investimento direto” (Hymer; Rowthorn *apud* Arrighi, 1996, p. 330).

A planificação cede passo às transformações políticas, pois, devemos recordar Pereira quando afirmava que o planejamento “[...] sempre é processo de desenvolvimento do tipo e não de implantação histórica deste ou de implantação

de uma das etapas de seu desenvolvimento. Em suma, planejamento não é política...” (Pereira, 1970, p. 17). As transformações mundiais da política produzem alterações no modo de planificar as sociedades.

3 A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA NA PLANIFICAÇÃO

A reforma do Estado Providência resultou em uma crise do Pacto Social, sustentado pela presença do Estado como agente regulador das relações capital-trabalho, o que acelerou o processo de desestruturação dos sistemas e instituições da sociedade moderna. Estimulada pelo processo de globalização econômica, a crise político-institucional estendeu-se rapidamente a novos campos, abarcando o conjunto das estruturas sociais e simbólicas. Nessa perspectiva, “a ruptura da coesão social que caracteriza o mundo do trabalho e a tendência de erigir a empresa como elo principal de articulação da solidariedade compõem hoje o cenário da negociação política entre capital e trabalho” (Saul, 1999, p. 294).

A exclusão, antes pontual, assumiu as características de processo social recorrente, agravando as heterogeneidades e contradições, o que acelerou a fragmentação das antigas formas de representação e de simbolização social e produziu a emergência de novos conflitos sociais, muitos deles chegando a se configurar como novas questões sociais mundiais.

No processo de reforma do Estado, até mesmo a planificação mediante o planejamento estratégico entrou em crise. No mundo da administração privada, nas últimas duas décadas, desenvolveram-se várias experiências de planejamento estratégico, desde os modelos japonês e sueco, até na França, nos anos 90.

O planejamento estratégico surgiu no momento em que as grandes organizações sentiram a necessidade de aperfeiçoar seus processos de planejamento e gerência e manter-se alerta para possíveis modificações futuras. [...] Exige, portanto, visão de futuro, conhecimento da ambiência externa, capacidade adaptativa, flexibilidade estrutural e habilidade em conviver com ambiguidades e mudanças rápidas. (Motta, 1991, p. 85 e 102).

Uma definição de planejamento estratégico pode ser assim formulada: uma ação coerente para assegurar consequências futuras, pressupondo um prosseguimento formal, a integração das decisões e a previsão das consequências. Esse planejamento pode ser de cima para baixo ou de baixo para cima, mas necessariamente deverá ser em ambas as direções. Muitas instituições e empresas brasileiras, públicas e privadas, também realizaram essa modalidade nos últimos anos, como a Petrobrás, o CNPq, a FINEP e a UFRGS. Em outros termos, essas modalidades de planejamento estratégico poderiam ser melhor aplicadas na gestão pública, lembrando o conceito clássico de eficiência, de racionalidade

de meios com relação a fins, para se utilizar melhor os recursos, de modo mais eficiente e eficaz, sobretudo os recursos públicos.

A denominada “reforma do Estado” implicou, mesmo em áreas fundamentais para o desenvolvimento, uma crise do planejamento. Este foi o caso da ciência e tecnologia, observa Baumgarten: “O momento atual tem-se caracterizado por crescente verticalização da política de C&T, ausência de um planejamento global e baixa articulação entre agências coordenadoras e financiadoras do desenvolvimento técnico-científico” (Baumgarten, 2001, p. 113).

Foram essas transformações sociais que não só configuraram a crise global que marcou o término do curto século XX, em 1991, como propiciaram o início do século XXI, cujo período atual poderia ser denominado de Processo de Mundialização, marcado pela pós-modernidade como forma cultural, pela expansão da produção pós-industrial, pela precarização das relações do trabalho assalariado e pelo avanço do capital especulativo, conformando uma crise social mundial (Hobsbawm, 2000).

Desenvolve-se a mundialização da sociedade, mediante um processo de constituição de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neoliberais, desencadeando novos conflitos sociais e, por vezes, estabelecendo novos limites à atuação do Estado. Não mais estão asseguradas as funções modernas do Estado, ou seja, de “viabilização da disciplina do social e instrumento de garantia da reprodução social pelo aprofundamento da cidadania” (Schmidt, 2001, p. 243). Por consequência,

“a violência sistêmica, a privatização da esfera pública, o aumento das desigualdades sociais, no bojo da tecnificação acelerada das relações de produção, exigem mudanças nos procedimentos estatais, na busca de agilidade de suas ações, no sentido da manutenção de um mínimo de ordem, respaldada em parâmetros de convivência democrática” (Schmidt, 2001, p. 254).

Na ideia do Estado mínimo, não apenas se destrói a estratégia da planificação ou do planejamento, mas

[...] se verifica uma crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a sociedade civil. [...] Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais ou menos absolutos não só na economia e finanças, mas também na educação, saúde, habitação, transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de luta para influenciar ou conquistar o poder (Ianni, 2000, p. 57).

No século XXI, o panorama mundial é marcado por questões sociais mundiais, que se manifestam, de forma articulada, mas com distintas

especificidades, nas diferentes sociedades. As novas questões sociais mundiais caracterizam-se pela multiplicidade e fragmentação, pelo universalismo e por identidades restritas, em âmbito local, regional e mundial. Vários são os exemplos: precarização do trabalho; a crise da educação; as múltiplas formas de violência; a sociedade da informação e a exclusão digital; a seletividade social e a exclusão social; as discriminações por gênero; os vários racismos; a pobreza, a miséria; a degradação do meio ambiente; e a fome (Tavares dos Santos, 2000).

As transformações do Estado, no Brasil, emergiram logo depois da Constituição de 1988, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e as políticas de descentralização e de cooperação com as ONGs – organizações não governamentais –, reconhecidas como interlocutoras e agentes paraestatais em várias atividades até então sob a égide do Estado Federal, tais como promoção dos Direitos Humanos, prevenção da violência, alimentação solidária, ajuda humanitária, entre outras. Em outras palavras, se, por um lado, “esse crescimento tem servido para reforçar e justificar o abandono da responsabilidade social do Estado”, por outro, “é um espaço de grande sensibilidade social e de agentes de transformação [...] fortalecendo a autonomia das organizações da sociedade civil em todo o mundo” (Costa, 2000).

O denominado Terceiro setor pode incluir entidades, associações, organizações não governamentais e fundações, em quatro campos de atuação: “A inserção social e profissional; serviços de utilidade comunitária; a produção do patrimônio coletivo; e atividades culturais” (Carrion, 2000, p. 241).

Os agentes sociais que, nos anos 80, configuravam novos movimentos sociais, muito fundados em denúncias de violação de direitos humanos, civis, políticos e sociais (movimento antinuclear, das mulheres, ambientalismo, regionalismos, estudantes) passam a ser, nos 90, entidades que tentam propor e realizar a construção de alternativas para o desenvolvimento, seja mediante os projetos sociais e culturais de ONGs, seja em convênios com administrações públicas, do município à Administração Federal.

Está sendo construído o quadro da transição paradigmática na planificação, visível por alguns processos de intervenção de tecnologias sociais, no Estado e na Sociedade Civil, na época contemporânea: a contribuição social das empresas; a tecnologia dos projetos sociais e culturais; a proposta do planejamento estratégico situacional; e as experiências de orçamento participativo.

4 NOVOS AGENTES SOCIAIS: A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS

A responsabilidade social e as variadas formas de contribuição social de administradores públicos, de empresários ou de responsáveis pelo Terceiro

Setor, constitui uma ideia inovadora no Brasil, embora seja discutida e efetivada nas nações desenvolvidas, em particular na França e nos Estados Unidos, desde os anos 80. No mundo todo, e cada vez mais também no Brasil, as empresas assumem o duplo papel de produtoras de bens e serviços e de promotoras do bem-estar social de seus colaboradores e da comunidade na qual se inserem:

No Brasil, como em toda a parte, cresce o entendimento de que uma política de desenvolvimento social está a exigir a participação de novos atores. [...] Assim, face às limitações da ação estatal e à natureza do fenômeno da exclusão social, somente com uma ampla mobilização da sociedade será possível reunir recursos suficientes para enfrentar o problema. Trata-se, portanto, de buscar parceiros fora do Estado, isto é, na sociedade, ou, mais especificamente, nas empresas privadas e no terceiro setor (Peliano, 2000, p. 9).

Entendemos como contribuição social das empresas, públicas e privadas, de organizações não governamentais e de fundações, seis ordens de atividades: aquelas voltadas aos trabalhadores das organizações que estão previstas na legislação; aquelas também voltadas aos trabalhadores não previstas na legislação; as atividades voltadas para o público externo voluntariamente oferecidas pelas empresas, independentemente de atribuição legal; as atividades sociais e culturais realizadas pelas empresas beneficiando-se de incentivos fiscais previstos na legislação; as atividades de contribuição social realizadas mediante a obtenção de financiamentos; e o trabalho voluntário, individual ou grupal.

Pode-se, também, utilizar uma definição mais específica, excluindo todas as atividades executadas por obrigação legal. Peliano segue nesta linha para conceituar a ação social empresarial:

“qualquer atividade que as empresas realizam para atender às comunidades, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento comunitário, dentre outras. Essas atividades abrangem desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados, podendo, inclusive, estender-se aos empregados da empresa e a seus familiares” (Peliano, 2000, p. 9).

Distintas estratégias de gerenciamento dessas modalidades de contribuições são identificadas: realizadas internamente às empresas, com recursos humanos próprios, com ou sem lotação específica; mediante convênios com associações, ONGs ou órgãos públicos; e através da criação de organismos com a finalidade de desenvolver a contribuição social da empresa, tais como fundações ou institutos. Essas estratégias podem assumir, evidentemente, várias combinações.

A contribuição social dos empresários, orientada pelo princípio da responsabilidade social, passa a ter um sentido estratégico. Premidas pela crise do Estado Previdência, e impulsionadas pelo crescimento da consciência ética

e social dos consumidores, as organizações têm percebido que o respeito ao meio ambiente, a preocupação com a valorização do homem e com a cultura, estão entre os principais fatores determinantes do sucesso administrativo, da eficiência empresarial e do prestígio social, definindo novas dimensões de uma maior competitividade em um mercado em processo de globalização.

O objetivo da investigação sociológica sobre a contribuição social de industriais no Rio Grande do Sul foi conhecer o perfil, os valores e as experiências dos Industriais do Rio Grande do Sul em relação à Contribuição Social (Tavares dos Santos *et alii*, 1999). Realizamos um diagnóstico da visão dos Empresários sobre a Contribuição Social, a partir de suas opiniões sobre as questões sociais de nosso tempo, e indicamos como realizam tal contribuição na sociedade brasileira atual. Podemos resumir alguns resultados importantes desta investigação. Primeiro, em relação ao perfil do Industrial:

- A existência de uma Contribuição Social nas empresas industriais, prática que vem se desenvolvendo nos últimos anos, está fortemente associada ao médio e grande porte do estabelecimento, em paralelo a sua inserção na sociedade local. A contribuição social, portanto, emerge em um patamar de maior maturidade da empresa industrial.
- Os industriais que responderam ao formulário apresentam um alto nível de escolaridade, com expressivo consumo cultural e acesso à informação.

Em segundo lugar, em relação à lógica da contribuição social do industrial:

- A forma pela qual é realizada a contribuição social pode ser classificada nas seguintes modalidades: a presença pessoal do empresário, a atividade de um setor da empresa, a contribuição através das associações de classe ou das associações locais, as Fundações – a forma encontrada pelas empresas de grande porte para administrarem suas atividades de contribuição social quando elas passaram a se multiplicar e diversificar – e, mais recentemente, o recurso às ONGs – organizações não governamentais.
- As pequenas empresas preferem realizar a contribuição social mediante as associações empresariais ou da sociedade local.
- A presença pessoal do empresário decorre de uma história de empreendimentos, oriundos no setor do comércio, associada a uma cultura do trabalho que os imigrantes europeus desenvolveram no processo de colonização das terras gaúchas. Uma origem social modesta e uma trajetória de conquista profissional, muitas vezes associada à ética de trabalho do “imigrante” parecem estar mais próximos a um sentimento de responsabilidade social.

- A busca de uma imagem junto à opinião pública, no sentido de aumentar a legitimidade da empresa, inclusive com a construção de um carisma por parte de alguns empresários, resultando em estratégias de relacionamento pessoal com os diversos setores sociais.

Em terceiro lugar, em relação à forma da contribuição social:

- No que se refere a benefícios oferecidos aos funcionários, as modalidades mais frequentes são alimentação, seguida por Planos de Saúde, Transporte e Educação.
- Quanto aos programas desenvolvidos junto à comunidade, a participação mais frequente refere-se, em ordem decrescente, a doações a entidades filantrópicas ou assistenciais, governos municipais, investimentos em segurança pública, esporte e recreação e cursos de informática.
- Registram-se as seguintes atitudes perante o Estado: por um lado, crítica a sua ineficácia e o desenvolvimento de atividades supletivas; por outro, recurso às leis de incentivo fiscal para certas atividades, principalmente culturais, derivados da Lei Rouanet, LIC – Lei de incentivo à cultura do RS, e para as contribuições sociais como o Fundo da Infância e da Adolescência. A maioria, entretanto, sugere que a adoção de incentivos fiscais pode constituir a política mais eficaz para estimular formas de contribuição social, tendência mais forte entre as pequenas e médias empresas.
- Alguns requisitos para a contribuição social são enfaticamente mencionados: a transparência das agências públicas; a competição no mercado de mão de obra, no sentido de aperfeiçoar os recursos humanos existentes na Empresa, em um ambiente de competição por trabalhadores qualificados.
- A contribuição social, em termos de “trabalho voluntário”, começa a ser exercida.

Em termos gerais, portanto, a preocupação com a questão social tem impulsionado empresários e administradores de empresas públicas a desenvolverem atividades para a comunidade: uma preocupação com as condições de pobreza e de carência da população em geral, e de suas possíveis repercussões no ambiente social da empresa. Tais preocupações estão relacionadas com a retirada do Estado das atividades de garantia do bem-estar social e a “terceirização” das políticas públicas.

Uma arguta pesquisadora chegou a conclusões semelhantes, percebendo o “desenvolvimento de uma cidadania empresarial, que tem como um de seus

princípios de base a substituição do empresário filantropo, que “doa” recursos para causas sociais, pelo de investidor social” (Carrion, 2000, p. 245).

A contribuição social das empresas, privadas e públicas constituiu-se, nos anos 90, mediante uma série de fatores explicativos: herança cultural do imigrante, legitimação na coletividade local, legitimação na sociedade e prevenção da violência. Adquire, assim, a função de responsabilidade social das empresas uma nova característica do mundo empresarial, para cuja execução se necessitam também novas modalidades de planificação social.

5 OS PROJETOS SOCIAIS E CULTURAIS: UMA NOVA MODALIDADE PARA A PLANIFICAÇÃO

Os projetos sociais e culturais têm sido uma das modalidades inovadoras para a governança nesses tempos de mundialização. Podemos definir projetos sociais e culturais como uma tecnologia social de poder, ou seja, um processo de ação coletiva, de iniciativa estatal ou da sociedade civil, que tem como objetivo intervir para a mudança dos grupos sociais: de suas normas, relações, processos e instituições sociais.

De modo análogo, afirma Armani: “um projeto é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades (e desenvolvida num determinado local, com público-alvo delimitado) baseados em quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo” (Armani, 2000, p. 18 e 92).

Deve-se enfatizar que os projetos sociais e culturais têm como princípio orientador a procura da equidade, o que “implica a satisfação das necessidades básicas da população, priorizando-as segundo seus graus de urgência relativa”, isto é, “segundo a generalidade do problema”. Isso supõe critérios adequados para a seleção dos beneficiários dos projetos sociais e culturais e o estabelecimento de prioridades nos objetivos a serem atingidos” (Cohen; Franco, 1994, p. 27 e 30).

A governamentalidade exercida mediante os projetos sociais e culturais supõe um conjunto complexo de preocupações com:

- As novas necessidades materiais: geração de empregos ou de oportunidades de renda; erradicação da fome; acesso aos serviços de saúde; ampliação das formas de habitação;
- As necessidades da sociedade do conhecimento: universalização da educação fundamental e média; ampliação da formação profissional; democratização do acesso ao ensino universitário; habilitação em informática em todas as faixas etárias.

- As necessidades sociais: superar a fragmentação social e o individualismo exacerbado mediante a potencialização das relações de sociabilidade, reconstruindo ou fortalecendo os laços sociais dilacerados pela crise das instituições socializadoras (família, escola, agências estatais, meios de comunicação).
- As necessidades simbólicas: desenvolver ações para construir a autoestima e a carência de reconhecimento dos grupos sociais; fomentar as artes e as diferentes formas de cultura; multiplicar a construção de valores orientadores da ação social.

As mudanças sociais induzidas mediante a operação de projetos sociais e culturais apresentam um conjunto de características positivas: eficácia no funcionamento e eficiência coletiva dos recursos; legitimidade das ações sociais induzidas (Armani, 2000, p. 19). Sobre este ponto, Cohen e Franco enfatizam: “É preciso se preocupar em aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis e incrementar a eficácia na consecução dos objetivos dos projetos que são com eles financiados”; “produção coletiva de conhecimento a partir de experiências”; fortalecimento da ação dos grupos sociais beneficiados; e ampliação do impacto dos projetos sociais e culturais (Cohen & Franco, 1994, p. 31).

A coordenação, elaboração e execução dos projetos sociais e culturais, por sua vez, implicam na instauração de um novo tipo de governamentalidade e de gestão pública: articulação da responsabilidade institucional; estabelecer uma autoridade executora da instância dos projetos; a criação de uma “rede descentralizada e desconcentrada de serviços sociais”, o que “se caracteriza por incorporar novos atores (...) no campo de forças da política social”; “obter a participação dos usuários”, ou seja, “a colaboração dos beneficiários no planejamento e implementação de programas” (Cohen & Franco, 1994, p. 34-37).

Torna-se imperativo que os projetos sociais e culturais, além da iniciativa política, sejam portadores de um conhecimento técnico multidisciplinar qualificado, seja para realizar “uma análise objetiva da situação social a ser modificada”, seja para “melhorar os sistemas de informação”, ou, enfim, para avaliar os resultados das iniciativas (Cohen & Franco, 1994, p. 33-34). O sentido da avaliação dos projetos sociais e culturais consiste em que os diferentes procedimentos de avaliação contribuem “para aumentar a racionalidade na tomada de decisões, identificando problemas, selecionando alternativas de solução, prevendo – dentro do possível – suas consequências, e otimizando a utilização dos recursos disponíveis”. No limite, “as avaliações permitem aprender da experiência tanto exitosa como fracassada, ajudando a racionalizar a tomada de decisões” (Cohen & Franco, 1994, p. 278 e p. 279). Estão disponíveis várias metodologias de avaliação de projetos: custo – benefício; metodologias qualitativas; pesquisa – ação; metodologias informacionais; sistemas especialistas e outras.

Na sociedade brasileira atual, dispomos de variadas estratégias para a captação de recursos para os projetos sociais e culturais: definição de prioridades no orçamento público; legislação brasileira para os subsídios fiscais (Fundo da Infância e da Adolescência; Lei de Incentivos Culturais do estado do Rio Grande do Sul; Lei Rouanet); doações e práticas de mecenato.

Poderíamos tentar esboçar um elenco de problemas e temas que estão demandando projetos sociais e culturais, seja diretamente pela administração pública, seja por intermédio de contribuição social, a fim de aumentar a governamentalidade em tempos de crise:

- o combate à Exclusão Social: ações para reduzir a miséria, a fome e o analfabetismo;
- ações de expansão da solidariedade social, local e comunitária;
- ações em relação à expansão do emprego, da moradia, da saúde e da educação;
- ações em relação à prevenção e redução da drogadição entre os jovens;
- ações de assistência social aos idosos;
- ações de assistência social às pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais;
- a discussão em torno da difusão dos valores do interesse social, da responsabilidade social e do desenvolvimento humano;
- o respeito pelos direitos humanos;
- a expansão da cidadania e da participação na vida política;
- sobre os novos papéis da Administração Pública;
- sobre o meio ambiente;
- sobre a Segurança do Cidadão, pública ou privada;
- sobre o acesso e o funcionamento da Justiça;
- acerca da implementação de ações sociais com vistas a um desenvolvimento sustentado da sociedade brasileira.

Constituem tarefas difíceis, porém não impossíveis, em um contexto dos efeitos da globalização da economia contemporânea e da mundialização da sociedade sobre as transformações da estrutura e espaço social das diversas regiões. Tarefas que se tornam necessárias e urgentes para construir soluções alternativas para as novas questões sociais neste tempo de globalização, pois as atuais insuficiências do Estado exigem uma nova atitude da sociedade civil e um novo Estado democrático e participativo.

6 A PLANIFICAÇÃO COMPLEXA PARA A PÓS-MODERNIDADE EMANCIPATÓRIA

O processo emergente da planificação complexa para uma sociedade mundializada, marcada pela pós-modernidade emancipatória, se expressa por uma série de experiências sociais. Isto porque, conclui Sousa Santos: “estamos a entrar num período de transição paradigmática entre a sociabilidade moderna e uma nova sociabilidade pós-moderna cujo perfil é ainda quase imperscrutável e até imprevisível” (Sousa Santos, 2000, p. 186). Caberia, então, delinear algumas das atuais experiências de tecnologias sociais de poder, as quais poderiam vir a configurar uma planificação emancipatória, assumindo a incerteza de uma transição paradigmática, longo processo no qual tanto existem “novos perigos, riscos e inseguranças”, mas também no qual aumentam “as oportunidades para a inovação, a criatividade e a opção moral” (Sousa Santos, 2000, p. 186).

Em primeiro lugar, assinalamos a responsabilidade social das empresas, públicas e privadas: esse tipo de gestão pública, a nível municipal, estadual e federal, poderá incrementar as relações entre as administrações públicas, a sociedade civil e o terceiro setor, no sentido de dinamizarem as oportunidades de contribuição social, cujos resultados poderão provocar mudanças substantivas nas perspectivas do desenvolvimento sustentado da sociedade brasileira.

Em segundo lugar, caracterizamos os projetos sociais e culturais como um processo de ação coletiva, de iniciativa estatal ou da sociedade civil, que tem como objetivo intervir na mudança dos grupos sociais (normas, relações, processos e instituições sociais).

Supõe, também, a necessidade, por parte dos administradores públicos, da transparência na prestação de conta dos usos dos recursos públicos, inclusive daqueles aplicados em projetos sociais e culturais, passando-se a um imperativo de responsabilidade social, de respeito aos direitos humanos universais e de conduta pública orientada pela ética e pela justiça social.

Somente poderemos mencionar brevemente as outras duas experiências da transição paradigmáticas da planificação limitadas pelo escopo deste texto. Devemos assinalar, como terceira experiência, o planeamento estratégico situacional, segundo a proposição de Carlos Matus, segundo o qual os agentes sociais atuam como forças sociais e políticas no processo de planificação. Matus define o planeamento nos seguintes termos:

Planejar significa pensar antes de agir, pensar sistematicamente, com método; explicar cada uma das possibilidades e analisar suas respectivas vantagens e desvantagens; propor-se objetivos. [...] O planeamento é a ferramenta para pensar e criar o futuro porque contribui com um modo de ver que ultrapassa as curvas do caminho e chega à fronteira da terra virgem ainda não palmilhada e conquistada pelo homem. (Matus, 1996c, p. 12).

O que especifica o PES – Planejamento Estratégico Situacional – é a concepção básica de considerar os

[...] vários atores em um jogo de conflito e cooperação. [...] O PES é um método e uma teoria do planejamento estratégico público. [...] para o PES, o que há é um jogo entre vários atores e, em consequência, surge a pergunta: como esses vários jogadores explicam a realidade do jogo? Cada jogador tem a sua verdade? Qual é o fundamento explicativo a partir do qual cada jogador faz seus planos para ganhar o jogo? (Matus, 1996c, p. 22 e 30).

Ao visualizar a planificação na esfera pública, estatal e não estatal, o PES supõe uma concepção de estratégia em um horizonte de indeterminação: “Estratégia é a arte de lidar com a incerteza, com a imprecisão e a névoa do amanhã, ainda que com indivíduos bem identificáveis como eu, tu e ele, surpreendidos num jogo que nos motiva para a cooperação e o conflito” (Matus, 1996b, p. 11). Em outros termos, assume o paradigma da complexidade, pois a análise estratégica

“não baseia seu cálculo na existência de leis, rejeita o determinismo, impugna o objetivismo na explicação da realidade, desconfia da predição e valoriza o conceito de aposta. Raciocina por meio de sistemas criativos e abertos a muitas possibilidades nas quais os atores, ligados a visões subjetivas do mundo, lutam para mudar o resultado do jogo do qual participam” (Matus, 1996b, p. 11).

Por consequência, a noção de situação dos atores políticos, um olhar a partir de um ponto no espaço social, será decisiva para o planejamento situacional e de suas estratégias de programas e operações sobre o social. Decisiva também para a Governamentalidade, isto é, “a relação entre o peso das variáveis que um ator controla e as que não controla, no processo de governo. [...] O governamentalidade de um sistema expressa o poder que determinado ator tem para realizar seu projeto” (Matus, 1996a, p. 51).

Em quarto lugar, não nos resta senão mencionar o desenvolvimento do orçamento participativo, mediante experiências democráticas de administração pública, como na prefeitura de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e em mais de uma centena de municípios brasileiros. O sociólogo que realizou a pesquisa sistemática sobre o orçamento participativo afirma:

“Era inarredável a ideia de democratizar essa fração do Estado, tornando a Administração Municipal transparente e a acessível ao cidadão, como forma de inverter a sua tradicional utilização para fins privados e/ou particularistas e colocá-la a serviço dos interesses públicos e da promoção da justiça distributiva” (Fedozzi, 2000, p. 15).

Em relação à planificação, a experiência do orçamento participativo assinala

“a importância assumida pelas tecnologias de gestão como um fator decisivo para o sucesso da participação popular e da inversão de prioridades (de investimentos), pois a alteração do caráter patrimonialista, clientelista e burocrático-autoritário do Estado brasileiro requer, necessariamente, a adoção de métodos de gestão que aumentem a capacidade administrativa e operacional do poder público, tornando-o competente para realizar o processamento técnico-político das demandas sociais e transformá-las em ações governamentais eficazes” (Fedozzi, 2000, p. 178).

A transição paradigmática na planificação, da qual indicamos, ainda que brevemente, quatro movimentos, supõe uma prática sociológica enquanto autoconsciência crítica da sociedade, cuja perspectiva se desenha por um conjunto de novas orientações: na forma de perceber as questões sociais, de analisar as situações sociais de conflito e de arquitetar o modo de governamentalidade social, do local ao regional, do nacional ao global.

Trata-se da invenção de novas tecnologias sociais de poder, de formas de planificação, de construção da cidadania e de expansão da governamentalidade, que poderiam se orientar pelas seguintes categorias:

- Um saber processual e reflexivo, fundado no princípio da complexidade, o qual reconhece a multidimensionalidade do social, a incorporação do indeterminismo, da incerteza e do risco nas ações coletivas e a ruptura epistemológica no processo de conhecimento das situações sociais (Morin, 1986).
- A construção sociológica das questões e problemas sociais.
- A prática da administração pública intersetorial, orientada por estratégias de soluções de problemas sociais.
- O Planejamento estratégico situacional enquanto um planejamento democrático descentralizado (Matus, 1996).
- O reconhecimento das necessidades múltiplas das populações, materiais e simbólicas, sintetizadas na noção de qualidade de vida.
- A participação popular na decisão e controle das ações estatais: “Participação comunitária e popular na formulação, decisão, acompanhamento e fiscalização das políticas e programas” (Costa, 1997, p. 7).
- As experiências de democracia participativa, tais como o orçamento participativo.
- A organização de Conselhos Sociais orientados para a solução de questões sociais.

- Outra relação dos homens com o meio ambiente, mediante o conceito de desenvolvimento sustentável (Sachs, 1993).
- O reconhecimento dos direitos da diferença específica, incorporando as diferenças de classe, de gênero, de raça, de grupo cultural e de grupos geracionais.
- A descentralização das ações executivas, com uma diversidade de agentes, chegando até a municipalização das políticas (Costa, 1997, p.7).
- A valorização das pequenas e médias unidades de produção e de serviços.
- A “parceria entre o poder público e entidades comunitárias e filantrópicas na execução de programas” (Costa, 1997, p. 7).
- O trabalho com redes de grupos, de movimentos e de associações, com redes sociais de cidadania (Scherer-Warren, 1993; 2001).
- A refuncionalização dos espaços urbanos nas áreas centrais das grandes cidades.
- As transformações das instituições sociais, em seus objetivos externos e em sua ordenação interna.
- O uso intenso, com inclusão digital disseminada, das possibilidades das metodologias informacionais, em especial, da Internet e dos programas de: gerenciamento de projetos; aplicativos para a análise estatística; organização de base de dados; análise de mensagens qualitativas não estruturadas; e de comunicação (Tavares dos Santos, 2001).
- As práticas da transparência e da prestação de contas à sociedade das ações de planificação, tanto do Estado quanto da Sociedade Civil.

Diante da obsolescência do planejamento da modernidade, cuja crise acima tentamos delinear, estamos diante da emergência de uma transição paradigmática na planificação, no horizonte inconcluso de uma planificação complexa buscando a pós-modernidade emancipatória. Concordamos, assim, com a síntese de Aguilar-Robledo sobre as modalidades inovadoras da planificação:

Participativa, flexível, estratégica, radical, situacional, neoprágmatca, liberal, crítica, socialmente comprometida, intercomunicativa, dialógica, plural, desconstrutiva, reflexiva, orientada comunitariamente, apoiada ‘desde abaixo’, dirigida para a construção de consensos, baseada na aprendizagem social (Aguilar-Robledo, 1997, p. 23).

Nesta circunstância, as transformações sociais e as urgências da vida coletiva fazem com que os grupos sociais solicitem os saberes de uma sociologia concreta para explicar os processos sociais e históricos. Avolumam-se as

demandas – oriundas de agências estatais, de empresas privadas e de associações e sindicatos – pela pesquisa e pelos resultados das investigações em sociologia, como efeito das grandes perturbações cognitivas e identitárias provocadas pelas transformações sociais de nossa época. Reciprocamente, impõe-se aos cientistas sociais considerarem como legítimas “a aplicação prática de determinados conhecimentos científicos”, ou seja, nas palavras de Trigueiro: “A necessidade de uma visão e de uma prática que considerem um olhar estratégico, a partir de sua área de atuação específica, propiciando a prática do planejamento e da avaliação” (Trigueiro, 2001, p. 67).

Tal perspectiva permite explicitar uma determinada posição no campo científico – na linhagem intelectual do pensamento crítico – que se define pela investigação e explicação sociológica da conflitualidade. Trata-se de demarcar um ponto de vista no atual embate teórico e político, a partir do qual a sociologia estaria se convertendo em “força cultural direta” (Fernandes, 1980, p. 97), mediante um padrão de trabalho intelectual capaz de estimular análises rigorosas que retomem da tradição sociológica a vocação de explicar os pequenos e grandes dilemas do mundo social, atualizando uma imaginação sociológica radical, capaz de analisar, criticar e propor projetos sociais, culturais e políticos que cimentem a solidariedade, a dignidade humana e a liberdade. Praticar uma imaginação sociológica concreta a fim de desenhar ações e simbolismos emancipatórios, alternativos, democráticos, pós-modernos, multiculturais, marcados pela busca da equidade e da justiça social. Nesse passo, reconhecendo as potencialidades inovadoras das experiências de planificação emancipatória.

REFERÊNCIAS

AGUILAR-ROBLEDO, Miguel. El debate modernidad/postmodernidad y la renovación del discurso de la planificación. *Revista Interamericana de Planificación*, Ecuador, S.I.P, v. XXIX, nº 113, p. 7-28, enero-marzo de 1997.

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2.000.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP/Contraponto, 1996.

BAUMGARTEN, Maíra (Org.). *A era do conhecimento: Matriz ou Ágora*. Porto Alegre/Brasília: Ed. da UFRGS/Ed. UnB, 2001.

BETTELHEIM, Charles. *Planificação e Crescimento Acelerado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert. A escolha do Estado Social. *Revista Sociologias*, Dossiê “Sociedade Civil e Estado Social”, Porto Alegre, nº 3, p. 18-34, jan-jun 2000.
- CARRION, Rosinha M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 12, nº 2, p. 237-255, nov. 2000.
- COSTA, Beatriz. Terceiro Setor: a ação da sociedade civil. II Seminário sobre Gestão Organizacional do Terceiro Setor: Cidadania e Voluntariado realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) de 18 a 20/10/2000. (CD-ROM).
- COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, VOZES, 1994.
- COSTA, Bruno L. *Projetos sociais: elaboração e gerência*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997 (Escola de Governo de Minas Gerais).
- DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: a história de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, tomo I, cap. VIII.
- FEDOZZI, Luciano. *O Poder da Aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo, 2000.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *A Natureza Sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *The Age of Extremes: a History of the World, 1914-1991*. New York, Pantheon Books, 1994 (Ed. Brasileira; Paz e Terra, 1996; Companhia das Letras, 2008).
- HOBBSAWM, Eric. *O novo Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- IANNI, Octávio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- LIEDKE, Enno. Sociologia e Sociedade: Brasil e Argentina (1954-1984). *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, nº 2, p. 5-50, mai. 1990.

- MANHEIM, Karl. *Karl Manheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982 (Org. de Marialice M. Foracchi).
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATUS, Carlos. *Adeus Senhor Presidente: governantes governados*. São Paulo: FUNDAP, 1996 (a).
- MATUS, Carlos. *Estratégias políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi*. São Paulo: FUNDAP, 1996 (b).
- MATUS, Carlos. *O Método PES*. São Paulo, FUNDAP, 1996 (c) (entrevista por Francho Huertas).
- MOLDAU, Juan H. *Avaliação de projetos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.
- MORIN, Edgar. *La Méthode III: La connaissance de la connaissance*. Paris: Seuil, 1986.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- PELIANO, Anna Maria (Coord.). *A iniciativa privada e o espírito público: a ação social das empresas do sudeste brasileiro*. Brasília, IPEA, 2000.
- PEREIRA, Luiz. *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira, 1970.
- SACHS, Ignácy. *Estratégias de transição para o Século XXI*. São Paulo, FUNDAP, 1993.
- SAUL, Renato. O novo horizonte ideológico do trabalho. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, nº 1, p. 276-299, jan-jun 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Rede e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação. SOBRAL, Fernanda A.; GROSSI PORTO, Maria Stela. *A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia, 2001. p. 433-450.
- SCHMIDT, Benício. O novo papel do Estado como desafio à imaginação sociológica. In: SOBRAL, Fernanda A.; GROSSI PORTO, Maria Stela. *A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia, 2001. p. 239-257.
- SOBRAL, Fernanda A.; GROSSI PORTO, Maria Stela. *A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia, 2001.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, nº 5, p. 114-146, jan-jun 2001.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas questões sociais globais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, nº 57/58, p. 13-24, jun-nov 2000.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (Coord.) *Violências em tempo de Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente *et alii*. *A Contribuição social do industrial gaúcho*. Porto Alegre: FIERGS – Conselho de Cidadania, 1999.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. “A formação de cientistas: necessidades e soluções”. In: BAUMGARTEN, Máira (Org.). *A era do conhecimento: Matriz ou Ágora*. Porto Alegre/Brasília: Ed. da UFRGS / Ed. UnB, 2001. p. 61-70.

ZAMORA, Francisco. *La sociedad económica moderna: capitalismo, planeación y desarrollo*. Cidade do México: FCE, 1966.

NOTAS

* Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do CNPq, Coordenador do Grupo de Pesquisa “Violência e Cidadania”. Sociólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1977) e Doutor em Sociologia (Docteur d’Etat) pela Université de Paris X, Nanterre (1987). Autor de: *Violências e Conflitualidades*, Tomo Editorial, 2009; *Matuchos: Exclusão e Luta (Do Sul para a Amazônia Ocidental)*, Vozes, 1993; *Colonos do Vinho (Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital)*, HUCITEC, 1978, 1984. Organizador de: *Mundialização e Sociologia Crítica da América Latina*, Editora da UFRGS, 2009; *Violências, Lutas Sociais e Democracia na América*, Editora da UFRGS, 2007; *Crise Social e multiculturalismo*. (com Barreira, C. e Baumgarten, M.), HUCITEC, 2003; *Violências em Tempo de Globalização*, HUCITEC, 1999. Editor da Revista Brasileira de Segurança Pública.

¹ Esta é uma versão revista do artigo publicado in: *HUMANAS*. Porto Alegre, IFCH – UFRGS, v. 24, 2001, p. 163-185.